

40º Encontro Anual da Anpocs

ST11 - Dinâmicas subjetivas e espaço público: gramáticas emocionais, corporais e estéticas

**Compaixão e proteção a animais de rua: gênero, emoções e moral.**

Andréa Osório

## **Introdução**

No Brasil, são escassos os estudos sobre movimentos animalitários. Vêm surgindo recentemente as primeiras análises sobre protetores de animais de rua, como os desenvolvidos por Osório (2011, 2012, 2013, 2015), Matos (2012), Santos (2014) e Lewgoy, Sordi & Pinto (2015). Em língua inglesa, ao contrário, abundam publicações enfocando movimentos de direitos dos animais (Jamison, Wenk & Parker, 2000; Lowe & Ginsberg, 2002; Pallota, 2005; Shapiro, 2007; Wrenn, 2013; Jacobsson, 2014, entre outros) e, em menor grau, bem-estaristas (Zasloff & Hart, 1998; Markovits & Queen, 2009, entre outros).

Em parte, essa distinção se baseia na diferença de atuação entre ambos os grupos, mas também em suas distintas ideologias e consequências destas para o estilo de vida de cada adepto. A diferença entre bem-estar animal e direitos dos animais, apesar de haverem distinções internas, é que o primeiro é reformista, pleiteia um tratamento humanizado dos animais enfocando o incremento da proteção animal, enquanto o segundo estende preocupações morais e expande o individualismo característico da modernidade ocidental aos animais não humanos, tomando-os como invioláveis e dotados de dignidade, direitos e valor intrínseco (Jacobsson, 2014). Ou, como diria Pallota (2005), parafraseando o próprio movimento de direitos dos animais: uns lutam por jaulas maiores, ao passo em que os outros lutam pela extinção das jaulas (abolicionistas). No entanto, os limites entre ambos podem ser borrados, dependendo do contexto, conforme aponta Wrenn (2013), para quem

“o bem-estarismo, o movimento dominante na arena dos direitos dos animais não humanos, geralmente aponta para o tratamento como a preocupação primária enfrentada pelos animais não humanos. Abolicionistas, por outro lado, acusam o uso perpetuado e o status de propriedade [dos animais]” (Wrenn, 2013: 387).

Para o autor, os bem-estaristas fariam um uso intenso de representações gráficas do sofrimento animal para efeitos de recrutamento e motivação, enquanto abolicionistas invocariam teorizações racionalistas a fim de ganhar novos adeptos: compaixão de um lado, direitos do outro (Wrenn, 2013). Essa dicotomia é perpassada, ainda, por aspectos de gênero, já que um apelo emocional seria considerado feminino.

Será abordado aqui um grupo de protetores que, embora não organizados institucionalmente, atuam de forma voluntária para combater situações específicas de sofrimento animal. Sua atuação focaliza a retirada dos animais da rua e seu encaminhamento a unidades domésticas familiares, nas quais se espera que sejam amados, bem cuidados e protegidos. Percebem no abandono animal a causa de seu sofrimento e representam tais animais como vítimas de ações humanas.

Desde 2009 vinham sendo observadas comunidades on-line sobre proteção animal, nas plataformas Orkut<sup>1</sup> e Facebook,. Nas redes on-line, um discurso emocional (Abu-Lughod e Lutz, 1990) é bastante perceptível, alinhado a um espetáculo do sofrimento e dinâmicas características do sofrimento à distância (Boltanski, 1993). Emoções como tristeza, alegria, ódio e amor permeiam narrativas sobre o sofrimento animal e a atuação dos protetores numa dicotomia em que o sofrimento é imoral e combatido e o amor e a alegria são o resultado de ações exitosas de combate ao sofrimento, sobretudo pelo resgate de animais nas ruas. As sensibilidades que emergem desse discurso emocional são perceptíveis nas entrevistas efetuadas face-a-face.

Numa segunda etapa de pesquisa foram entrevistadas dezenove mulheres e um homem entre 2013 e 2014, com apoio da FAPERJ<sup>2</sup>. Os entrevistados concentraram-se no Grande Rio e litoral norte fluminense (Macaé e Rio das Ostras). A preponderância feminina desta amostra foi um objetivo no início da pesquisa. A partir de uma protetora identificada on-line, passou-se a uma rede de indicações do tipo “bola de neve” nas quais a presença feminina era marcante, independente dos objetivos da pesquisadora. Contudo, essa rede chegou a um limite a partir do qual optei por incluir feiras de adoção como estratégias de acesso a protetores.

Convém notar que a maioria dos protetores, tanto no Brasil (Osório, 2015) quanto em outros países é de mulheres: a proteção animal é caracteristicamente feminina, branca e de classe média, sejam analisados protetores (Zasloff & Hart, 1998; Neumann, 2010) ou ativistas de direitos dos animais (Herzog, Betchard & Pitman, 1991; Herzog, 2007; Gaarder, 2011).

Alguns autores indicam que certos movimentos de mulheres são marcados por questões morais (Clark, 1997). Esse é o caso do movimento animalitário como um todo.

---

<sup>1</sup> De 2009 a 2012, no Orkut, que foi oficialmente encerrado em 2014. De 2013 a 2014, a observação enfocou grupos do Facebook, em especial a migração de um grupo da plataforma Orkut para o Facebook.

<sup>2</sup> Agradeço especialmente a Mirila Greicy Bittencourt, bolsista IC FAPERJ.

Conjugam-se fatores emocionais genderizados e uma ética do cuidado (Shapiro, 2007) que participam de tais sensibilidades, associadas a moralidades interespecíficas caracteristicamente urbanas, geradas mais fortemente a partir do século XIX na Europa, marcadas pela industrialização, por um tipo de percepção de antagonismo entre campo e cidade, mas também de antagonismo entre as classes e sua relação com diferentes animais, sobretudo os de trabalho e de companhia (Thomas, 1988; Ritvo, 1987; Ritvo; 1994).

A ascensão e visibilidade de tais movimentos no Brasil atual, bem como a sua inclusão na agenda acadêmica, demonstram o surgimento de novos atores políticos no espaço público, dado que a atuação dos protetores se dá eminentemente, embora não tão somente, nos espaços urbanos, por mulheres de classe média com alto grau de escolaridade e sem filhos. Ou seja, um tipo de ator político pouco encontrado na esfera pública brasileira. A ênfase em aspectos emocionais e morais, embora talvez carregue um viés de gênero, parece acompanhar outros processos de emergência das emoções na esfera pública (Jimeno, 2010) e talvez nos movimentos sociais.

### **Discurso emocional**

Em fins de 2009, iniciei pesquisa sobre proteção de gatos de rua a partir de uma comunidade no Orkut fundada em agosto daquele ano para congregar interessados em ações de intervenção para o resgate e doação de gatos abandonados em uma praça pública da cidade do Rio de Janeiro. Num levantamento quantitativo de 523 membros da comunidade, 75 declaravam-se homens (14%) e 448 (85%) mulheres. A partir de 2012, sobretudo, a comunidade migra para a rede social Facebook, cuja plataforma não equivale à do Orkut e cujos recursos são análogos, porém distintos. Durante 2012 e 2013, observaram-se mais cuidadosamente as interações no Facebook, porém não se pode dizer que o conteúdo emocional das mensagens seja diferente.

Nas redes on-line, um discurso emocional (Abu-Lughod e Lutz, 1990) é bastante perceptível, alinhado a um espetáculo do sofrimento e dinâmicas características do sofrimento à distância (Boltanski, 1993). Emoções como tristeza, alegria, ódio e amor permeiam narrativas sobre o sofrimento animal e a atuação dos protetores numa dicotomia em que o sofrimento é imoral e combatido, de onde resulta, no caso de ações exitosas, amor e alegria.

No âmbito do Orkut, o abandono era criticado muitas vezes de forma emocional, levando a considerações pessoais sobre tristeza, descrédito na humanidade e necessidade de engajamento na causa. Esta comunidade era, portanto, também um espaço de troca entre seus membros, onde se educava (pela posse responsável<sup>3</sup> ou guarda responsável), se consultava acerca de questões da saúde e do manejo dos gatos em geral (não apenas os da praça), se pedia ajuda (inclusive financeira) para o resgate e manejo dos gatos da praça ou retirados da rua em outros locais, se compartilhava experiências emocionais.

É por conta do sofrimento dos gatos e de sua origem humana que o abandono deve ser combatido, já visto como uma situação imoral. Não se trata apenas da percepção de valores constituídos como uma ideologia frente aos animais ou ao meio-ambiente. Tais valores tomam a forma de uma experiência vivida emocionalmente, discursivamente narrada na comunidade pesquisada. A forma como esse abandono é apresentado na comunidade é a de uma experiência emocional tanto para protetores quanto para os animais. Se o animal sofre, o protetor também sofre: ele se entristece, ele se emociona. Se o animal recupera sua saúde e é adotado, ele fica feliz ou se alegra, e o mesmo ocorre com o protetor. Aparentemente as emoções humanas seguem as emoções atribuídas aos gatos, embora não estejam condicionadas por elas. As narrativas vitimizam o animal, impondo a necessidade de uma ação moral objetiva. A comunidade funciona, assim, também no sentido de construir a percepção do gato de rua como vítima de violência, de maus-tratos e de humanos.

Como parte dos entrevistados debita seu auto-recrutamento (Jasper & Poulsen, 1995) pelas redes de proteção animal a comunidades on-line de protetores, observa-se uma conjunção entre ambos os universos que formam uma única rede que permite a visualização de um movimento nacional mais ou menos homogêneo em suas práticas e valores. A internet emerge como espaço que formou uma rede extensa de protetores de animais de rua, aproximando pessoas que atuavam sozinhas e de forma independente, e contribuindo na formação de um movimento de proteção local no qual, segundo uma entrevistada, “todo mundo se conhece, todo mundo se ajuda”. O encontro com protetores ressignifica experiências pregressas de resgate de animais e dá fôlego novo às atividades de proteção.

---

<sup>3</sup> Consiste, basicamente, em *castrar* o animal, utilizar telas nas janelas e muros, impedir sua saída sem supervisão humana do apartamento, da casa ou dos limites murados do quintal, alimentar preferencialmente com ração de boa qualidade, vacinar periodicamente e dar acesso a consultas veterinárias (Osório, 2011).

## Moralidades e sensibilidades

Foi perguntado aos entrevistados “o que faz um protetor?” e “como defini-lo?”. As respostas foram complementares e podem ser lidas em conjunto<sup>4</sup>: salva vidas, respeita e ajuda os animais, ama e defende os animais, tem sensibilidade quanto ao abandono, tem o dom de proteger, se compadece de seu sofrimento, dá uma vida digna ao animal, dá lar temporário, é um educador, é um objetivo, é uma atividade, é uma obrigação do ser humano, é uma responsabilidade, é um instinto, é uma necessidade, é uma ocupação, é um trabalho voluntário, é uma missão, é ter amor e consideração pelos animais, é um dom, é ter solidariedade, é um trabalho de coração, é um *hobby*, é gratificante, é uma segunda profissão. O protetor resgata, recolhe, cuida, esteriliza e doa os animais de rua.

Dentre as respostas, destaco: 1) um eixo emocional, formado pelas noções de amor, sofrimento, sensibilidade e coração; 2) um eixo moral, formado pelas noções de missão, obrigação, dignidade, respeito, consideração, responsabilidade, proteção, defesa, ajuda, salvamento, solidariedade e educação. Entre esses eixos, percebe-se que são destacadas atividades (resgatar, cuidar, proteger, doar, trabalhar, educar, *hobby*, segunda profissão, ocupação) e sensibilidades (amor, respeito, consideração, gratificação, solidariedade, necessidade, dom). A definição de quem é o protetor está relacionada ao que ele faz e as motivações estão relacionadas às sensibilidades. Alguns entrevistados apresentam vocações (Weber, 1989), no sentido de que a proteção aparece como um destino, uma missão, um dever no mundo.

As respostas apresentam a mesma relação entre emoção e moral que encontrei ao analisar um grupo on-line de protetores de gatos de rua (Osório, 2011; 2012; 2013), também encontrados por Matos (2012) em sua pesquisa acerca de protetores no Rio Grande do Sul. Ambas as reflexões indicam que a sensibilidade para o sofrimento animal é o estopim, entre os protetores, para uma ação de proteção vista como uma obrigação moral e uma responsabilidade humana para com os animais.

Boltanski (1993) formulou uma análise sobre a relação entre sofrimento, piedade e moral, focalizando o que chama de “sofrimento à distância”. Segundo ele, observar o sofrimento alheio coloca ao espectador um dilema: agir ou não. Se levado por exigências

---

<sup>4</sup> Apesar das respostas em termos de atividades parecerem se referir à primeira pergunta, também são usadas para responder à segunda.

morais, ele agirá. Contudo, a afetação pelo sofrimento alheio não é o bastante, afirma, para o engajamento na ação. A obrigação de ajudar o sofredor se coloca sobre quem causa o sofrimento e sobre quem o observa, dado que uma “responsabilidade causal” pode advir tanto da ação quanto da omissão.

Disposto brevemente, o argumento de Boltanski (1993) diz respeito às situações nas quais a ação toma forma. Se o sofrimento não suscita nenhuma ação para suprimi-lo, então não houve piedade nem compaixão, mas indiferença. Protetores de animais de rua são aqueles que jamais, ao menos discursivamente, se tornam indiferentes ao sofrimento animal<sup>5</sup>. A observação desse sofrimento engendra, por parte deles, uma série de atividades, entre as quais resgatar animais, isto é, retirá-los de determinadas situações de sofrimento. Essa ação é uma resposta a exigências morais características desse universo.

Nas entrevistas efetuadas, tais exigências morais emergem discursivamente alinhadas a sensibilidades, ou seja, à própria percepção de que o animal está sofrendo. Porém, nem sempre as exigências morais levam à ação imediata. Uma série de relatos aponta para a existência de sensibilidades acerca do sofrimento animal e a percepção da necessidade de intervenção, mas a ação deriva de outros fatores que não apenas as exigências morais. Em outros termos, a inação não é necessariamente causada pela indiferença. Em alguns casos, o ingresso numa rede de proteção é o que possibilita uma ação que, para outros entrevistados, é efetuada espontânea e autonomamente.

## **Gênero**

Em outros termos, o que move as ações de proteção aqui investigadas parece ser a compaixão. Clark (1997) investigou microssociologicamente a compaixão no contexto norte-americano. Segundo a autora, ter compaixão pelos problemas dos outros é um ato que constrói moralidades. A compaixão demanda uma pergunta prévia: o infeliz é responsável por sua infelicidade ou ele é uma vítima? Apenas a vítima receberá compaixão, uma relação na qual se empenha tempo, energia e dinheiro e, por essas razões, é um luxo com o qual pessoas vivendo em condições extremamente duras provavelmente não

---

<sup>5</sup> Animal, aqui, se refere a um contexto urbano e não inclui, na maioria dos relatos, nem animais da agroindústria nem os de laboratório. Refere-se mormente a cães e gatos, mas eventualmente pode incluir galinhas, cavalos, jumentos, mulas, pombos, outros pássaros e animais de estimação.

poderão arcar. Nesse sentido, a compaixão não precisa se restringir aos humanos e pode, como aponta a autora, ser direcionada aos animais.

Ter e dar compaixão criam assimetrias, não apenas entre quem dá e quem recebe, mas entre quem dá e quem não dá. Embora crie assimetrias, a compaixão paradoxalmente estabelece uma relação simétrica entre doador e recebedor, pois estes ficam no mesmo plano emocional de compreensão e sentimento mútuos. Sem a compreensão da infelicidade alheia, a compaixão não seria possível. Segundo Clark (1997), as pessoas experimentam sentir compaixão não como uma emoção simples e única, mas variável, multifacetada e complexa, envolvendo sentimentos como medo, preocupação, tristeza ou indignação que variam em intensidade e nem sempre emergem de forma clara, mas podem ocorrer sequencialmente ou em misturas de emoções.

A compaixão, aponta ela, é um evento perpassado pelas diferenças de gênero. Homens e mulheres podem entender e praticar a compaixão de formas diferentes. Assim, por exemplo, a autora indica que os norte-americanos creem que as mulheres são naturalmente mais sensíveis, compreensivas e compassivas do que os homens. Eles entendem a compaixão como uma qualidade feminina, embora os homens também se vejam como compassivos. Eles delegariam a maior parte do trabalho de demonstrar compaixão para as mulheres. Indica, ainda, que o aprendizado do cuidado e da atenção emocional ao outro é efetivado entre as mulheres desde a infância. As meninas aprenderiam a operar numa lógica do cuidado, focando em como as pessoas se sentem. Como adultas, as mulheres tenderiam a tomar conta das emoções para a sociedade. Segundo a autora, as mulheres estariam mais envolvidas em cuidados, nutrição e papéis maternos/parentais que demandam os sentimentos de empatia e compaixão do que os homens, tanto em casa e entre amigos quanto no trabalho. As mulheres são, ainda, mais frequentemente encontradas em empregos que requerem compaixão e cuidado (Hochschild, 1979 *apud* Clark, 1997).

Além disso, aponta que os americanos tenderiam a ver algumas categorias de pessoas (como mulheres, idosos e crianças) como fundamentalmente fracas ou indefesas, o que reduziria esses grupos a crianças a serem cuidadas maternalmente. Esse parece ser o caso dos animais resgatados pelos entrevistados. Embora não sejam substitutos de filhos ou crianças, eles estão em posição de vulnerabilidade, de acordo com os protetores. Assim, se tornam parte das categorias elencadas acima e, como os humanos vulneráveis, são infantilizados e devem ser cuidados maternalmente. Seguindo o “princípio da



responsabilidade especial”, Clark (1997) sugere, então, que caberia às mulheres a responsabilidade por saber como cuidar adequadamente das crianças – e, podemos então sugerir, dos grupos vulnerabilizados, incluindo-se os não humanos.

A autora aponta, ainda, que os americanos esperam que as mulheres sintam mais empatia, tenham sentimentos mais fortes, experimentem os pensamentos e sentimentos dos outros e bloqueiem pensamentos egoístas de modo a entrar mais completamente na experiência de outra pessoa e todos os passos do processo de ter compaixão. Essa expectativa social se traduz em ações concretas de demonstração de compaixão. Em outras palavras, o sentimento não é guardado, mas extravasado em ações que criam relações sociais. A sanção social à compaixão como uma tarefa feminina pode explicar a maioria feminina na proteção animal. Como uma entrevistada diz:

E também não tenho animais para suprir nenhuma carência não, tá? É muito importante frisar isso. Talvez carência de cuidar, talvez. Mas não um filho, especificamente, né? Eu acho assim, um ser humano que cuida, ele vai cuidar, né? (Betânia, 55 anos).

O cuidado emerge como uma tarefa, uma vontade, uma necessidade, uma relação, um afeto. É multifacetado e, exatamente como a compaixão, cria assimetrias. A compaixão, no grupo em questão, toma mais claramente a forma de cuidado, uma categoria extensamente utilizada pelos entrevistados, ao passo em que compaixão não foi observada nas entrevistas efetuadas. Sugiro, no entanto, que por trás da noção de cuidado está a ideia de compaixão, traduzida no Brasil para um termo que também pode ser encontrado fora de situações de compaixão e que, portanto, é mais amplo.

### **Engajamentos e recrutamentos**

Foi perguntado como cada entrevistado se envolveu em atividades de resgate de animais de rua. Três formas diferentes puderam ser percebidas: a) uma que remete à infância; b) outra ao contato com outros protetores; c) e a terceira remete aos próprios animais. No primeiro caso, apresentam-se sensibilidades inatas ou adquiridas na infância como justificativas para o engajamento em atividades de proteção animal. No segundo, essas atividades são exercidas sob a influência do auto-recrutamento (Jasper & Poulsen 1995), alinhadas a redes de proteção. No terceiro, as conversões à proteção são marcadas

pela presença de um animal de estimação. A interação com ele cria ou faz emergir sensibilidades específicas que convertem um dono de animal em protetor. A noção de conversão utilizada aqui deriva de um uso da sociologia da religião para elementos relativos ao cotidiano ou a aspectos de religião secular (Jacobsson, 2014).

Os três grupos diferenciam-se, fundamentalmente, quanto à localização de uma origem para o engajamento em resgates. No primeiro caso, a origem é interior ou está na forma de criação, na influência da família durante a infância. Nesse sentido, pode-se ser protetor “desde sempre”. No segundo caso, a origem é debitada à uma rede de relações que inicia o entrevistado e faz dele um protetor, ou que ressignifica sua experiência pregressa reforçando a identidade de protetor. No terceiro caso, a proximidade física de um animal é o suficiente para que se o retire da rua, após a emergência de uma sensibilidade para o sofrimento animal debitada à convivência com animais de estimação. Essa convivência é um elemento marcante em diversas narrativas, não apenas no terceiro grupo.

Ainda que alguns relatos cruzem essa tipologia, eles enfatizam certos aspectos em detrimento de outros que, não obstante, não estão ausentes. A tipologia proposta é analítica. Há eventos que marcam subjetivamente um processo de se ver como protetor. Em alguns casos, o evento é único, em outros são múltiplos eventos que encaminham o entrevistado à auto-definição como protetor. Privilegia-se aqui o ponto de vista dos entrevistados e a ênfase que colocam em aspectos de sua vida pregressa ou contemporânea.

Pallota (2005), em pesquisa sobre motivações para o engajamento em movimentos de direitos dos animais nos Estados Unidos, encontrou também o recurso à infância como um elemento recorrente de seus entrevistados. A autora se refere a essas situações como fatores de predisposição. Outros fatores são as contingências situacionais e os pontos de virada [*turning points*]. A predisposição se refere a uma ordem interior, presente no momento de virada, tal como experiências de infância e traços de personalidade. As contingências reportam eventos que fazem o ativista entrar em contato com o movimento e tendem a ser concomitantes ao ponto de virada que, por sua vez, é o momento decisivo quando há uma transformação da identidade pessoal e uma mudança no estilo de vida<sup>6</sup>. É bom frisar que a autora trata do ativismo em direitos dos animais concomitantemente a

---

<sup>6</sup> Os pontos podem não ser eventos únicos e datados, mas processos e gradientes pelos quais os sujeitos descrevem ter passado.

adoção de uma vida vegana, ou seja, sem consumo de produtos de origem animal ou cuja fabricação provocou sofrimento em animais.

A maioria dos entrevistados de Pallota (2005) identifica uma preocupação com os animais desde a infância, que toma as formas de resgate de animais, de um desejo de não os comer ou de uma atração por eles. Já na idade adulta, alguns reportam laços com animais individuais que foram responsáveis por trilharem o caminho até o ativismo em direitos dos animais. Nesse caso, não são predisposições, mas contingências. Ela chama de “esquema animal” todas estas situações caracterizadas por uma sensibilidade para com os animais. Esse esquema é encontrado, em maior ou menor intensidade, em todos os grupos aqui analisados e numa boa parte dos relatos colhidos.

Embora Pallota (2005) indique que estar predisposto não leva, necessariamente, a um engajamento em uma causa, os entrevistados alocados no grupo A (predispostos) narram seu engajamento como se assim o fosse. De fato, menos do que um caminho que leva da predisposição ao engajamento, alguns operam numa identificação entre ambos: a predisposição e o engajamento emergem como uma coisa só. Para a maioria desse grupo não há um ponto de virada e, conseqüentemente, nenhuma contingência que marque o início de resgates. Eles ocorrem como que naturalmente. Nos grupos B (recrutados) e C (convertidos), por outro lado, os pontos de virada e as contingências são descritos por muitos entrevistados. A seguir apresento cada grupo.

### **Grupo A: predisposições**

Neste grupo, aloquei narrativas nas quais os entrevistados remetem seu envolvimento na proteção animal a episódios localizados na infância. Essa infância é o marco de uma sensibilidade com relação aos animais que explica suas identidades de protetores. Não há, nesse grupo, narrativas de recrutamentos ou conversões à causa dos animais de rua.

Eu sempre fiz, mas eu fui acabando ficando com o cachorro. Ai de uns quatro anos para cá, eu coloco para adoção. [...] Foi quando eu era pequenininha, foi quando eu tinha sete anos, eu peguei uma cachorrinha da rua toda cheia de lama. Aí eu peguei, levei, dei banho e falei para minha mãe que é minha, é minha, é minha

[risos]. Ficou comigo alguns anos. Depois, infelizmente, deixaram o portão aberto e ela fugiu e foi atropelada. (Adelma<sup>7</sup>, 38 anos)

Adelma narra um evento de infância que subsume a proteção à retirada de um animal da rua, independente de sua posterior doação. Apenas há quatro anos ela desenvolve uma postura mais alinhada aos procedimentos atuais de protetores, que inclui a doação do animal.

Muito, desde que eu nasci. Eu passo... eu sou protetora de animais, eu sou muito conhecida nas redes sociais. E eu não faço parte de nenhum grupo: eu dou apoio a todos. [...] Primeiro, eu já nasci assim. A minha... lá em Salvador, eu morava num bairro em Salvador, e eu desde pequenininha eu gostava de animais. E eu com três anos, minha mãe falava que ela tinha uma cadela, ela tinha uma cadela que ela falava que quando ela dava cria eu mamava junto com ela, com os cachorros juntos. Ai depois eu pegava os animais na rua, doentes, e levava para debaixo da minha cama. Minha mãe não sabia: eu dividia minha comida com o animal, resto de papinha minha eu dava pro animal e ficava com ele. Eu acredito que eu já nasci protetora, entendeu? Eu não tenho aquela conversa de ‘não, é porque eu aprendi’ não. Eu já nasci, entendeu? (D. Adriana, 71 anos)

D. Adriana, a entrevistada mais velha da amostra, nos dá um relato comovente em que as fronteiras entre humanos e animais são borradas: ela mamava na cadela como se fosse um filhote. É pungente em seu relato a noção de uma natureza protetora inata, marcada por eventos como compartilhar as tetas da cadela com uma ninhada ou sua própria comida com os filhotes. Afirmativa, D. Adriana se diferencia, em seus próprios termos, dos demais protetores: ela não aprendeu, nasceu sabendo. As atitudes da infância apenas o atestam.

Não, isso tá no DNA. Desde criança a gente faz isso. Eu e minha irmã. [...] Eu acho que é instinto, né, que você vê e você quer proteger, pegar um animal em perigo e querer proteger. Acho que começou aí. A gente era pequenininha e muitas das vezes minha mãe nem entendia isso. Mas a gente queria que... que acontecesse, né, proteger o animal. (Alice, 40 anos)

Alice, como Adelma e D. Adriana, resgata animais desde a infância, junto com a irmã. “DNA” e “instinto” são as noções que utiliza para marcar essa identidade inata. Nos três relatos, as mães aparecem como as figuras domésticas e de afeto privilegiadas, em posição de negar ou de favorecer a presença do animal.

---

<sup>7</sup> Todos os nomes são fictícios.

Na realidade, é... não houve uma forma de se envolver, por que desde pequeno, né, fui criado pela minha avó e minha avó era uma pessoa que [se] caiu um passarinho do ninho, ela subia, falava: ‘coloca no ninho, ele tem família, você não tem direito de mexer na vida dele, você não tem direito de desviar o caminho dele, entendeu? Então você tem a obrigação de cuidar, de zelar. É obrigação sua’. Então fui criado assim e continuei até hoje. É, na realidade é assim: eu tenho quarenta e sete [anos], e assim, eu... a minha vida toda eu sempre procurei algo para mim, algo pessoal, que me realizasse, entendeu? Então, entrei em artes plásticas, comecei a ajudar as pessoas, a ensinar mosaico, sabe? A dar aula para pessoa da melhor idade, sabe? Fazer tanta coisa e eu não me sentia útil. Não me sentia útil. Porque lidar com pessoas é completamente diferente do que você lidar com animais. E aí, quando eu comecei a lidar com animais, a gratidão deles, a consideração deles era tão grande, que me fez tornar como se fosse uma obrigação minha. Então hoje eu decidi viver minha vida para eles. (Alberto, 47 anos)

Alberto retrata a mesma predisposição de Alice, porém não debita esse chamado à sua natureza biológica, mas à sua criação. A avó é a figura marcante que o ensina a amar e respeitar os animais. Ao contrário das narrativas anteriores, ele não menciona resgatar animais desde a infância, mas localiza um momento atemporal em que passa a “lidar com animais”. E, ao contrário das falas anteriores, Alberto opta por “viver para eles”, em oposição a seus trabalhos anteriores no quais “ajudava” pessoas. Essa opção talvez seja o mais próximo de um ponto de virada (Pallota, 2005) que se observa nos relatos deste grupo, contudo ele não é um ponto propriamente dito, mas o influxo de uma série de experiências pessoais do entrevistado.

A oposição entre humanos e animais observada na fala de Alberto é muito comum entre protetores, como se fosse necessário extrair uma justificativa para a proteção animal na comparação. Via de regra, essa justificativa recai na obrigação humana de cuidar dos animais, como nos ensinamentos de sua avó, mas igualmente numa hierarquização moral na qual animais são mais valorizados do que humanos, como nas noções expressas por ele de que animais seriam mais “gratos” e teriam mais “consideração” por quem os ajuda do que os humanos. Essa hierarquização legitima a escolha de Alberto de ser protetor em tempo integral, embora ela apareça sob a forma de uma obrigação moral.

## **Grupo B: recrutamentos**

Neste grupo, aloquei narrativas nas quais as atividades de proteção foram iniciadas a partir de um recrutamento. Há algumas falas nas quais sensibilidades formadas na

infância emergem, mas é mais característico um discurso de ingresso em uma rede de proteção animal. Chamo de rede, aqui, o contato com outros protetores.

Observou-se uma interessante confluência de tais redes com os cursos de medicina veterinária, por um lado, e com a internet e, sobretudo, o Facebook, por outro. D. Adriana, acima, já aponta para esse cruzamento quando diz “eu sou muito conhecida nas redes sociais”. Sendo a entrevistada mais idosa, creio que sua inserção nas redes on-line é um marcador conveniente da centralidade que assumiram nesse universo. Esse tema emerge em outras falas.

A medicina veterinária, por sua vez, marca não apenas uma identidade profissional, mas também uma sensibilidade e um interesse nos animais em geral. Os primeiros quatro excertos dizem respeito a essa confluência. A veterinária é um conhecimento sem o qual a proteção a animais de rua não é possível. Em todos os relatos, doenças e problemas de saúde são elencados como comuns nos animais resgatados. Esse quadro não é revertido apenas com amor e carinho, como o discurso emocional (Abu-Lughod & Lutz, 1990) dos protetores pode fazer parecer. Ele demanda intervenções médicas especializadas que fazem parte do cuidado dos animais.

Em ambos os casos, está-se diante de redes sociotécnicas (Latour, 2001). Como aponta Latour (2001), humanidade e tecnologia, política e ciência, não são polos opostos. A interação humana é sociotécnica, não estando limitada a vínculos sociais ou a objetos. No caso dos protetores, há interações com outros protetores mediadas pela tecnologia (internet) e interações com os animais resgatados mediadas pela ciência (medicina veterinária) que, por sua vez, gera interações com médicos veterinários mediadas por animais, o que os torna elementos invisibilizados da proteção animal. Um resgate ou o manejo de uma colônia, portanto, engendra uma série de relações mais ou menos visíveis em uma rede ampliada de atores.

Perceber a influência das redes sociotécnicas (Latour, 2001) no engajamento e recrutamento de protetores desloca o observador dos aspectos morais da proteção para um universo marcado pela ciência e pela tecnologia. No presente grupo, a moralidade e a emoção não se esvaem dos relatos, tampouco o recurso à infância como um marco de interesse nos animais, mas novos atores e cenários são incorporados. A proteção deixa de ser uma questão exclusivamente ligada à compaixão e ganha um aspecto mais pragmático.

### **b.1) médicas veterinárias**

Começou na veterinária. Eu comecei a cuidar de animais abandonados. [...] Desde o começo mesmo, há mais de vinte anos (Amélia, 49 anos)

Então, foi que eu sempre gostei de animal, de veterinária, né? Comecei a faculdade e aí foi através de um amigo, que ele falou: ‘tem um abrigo’. Aí eu comecei, para conhecer o trabalho, né? E aí eu comecei a ajudar. (Amanda, 22 anos)

Eu tenho gatos e eu comecei a estudar veterinária, mas antes disso eu já cuidava de um gatil, ajudava a cuidar de um gatil. E aí eu fui convidada para participar do projeto [de proteção] como protetora. (Ângela, 31 anos)

Então, eu sempre amei animais. O vírus da proteção animal estava no meu sangue por causa do meu pai. Mas, é... eu comecei quando a minha sobrinha, que já é formada [em veterinária] há uns quatro, cinco anos, por aí, na mesma entidade onde eu estudo, ela já me chamava: ‘tia, vamos lá, a senhora vai gostar tanto!’. Eu? Parece que eu estava sentindo que aquele negócio ia me laçar, e eu: ‘um dia!’. Até o dia em que eu fui na formatura dela. Cara, eu nunca curti tanto uma colação de grau na minha vida. Ali eu vi os professores, eu vi a alegria da conquista deles. Cara, mexeu comigo! Eu falei: ‘ah, então!’. E aí não teve jeito. Mas eu já conhecia a [Cecília], já ajudava a [Cecília], sabe, com doação, uma colaboração uma vez ou outra, mas não tinha uma profundidade. (Ana, 46 anos)

Os quatro excertos acima são parecidos na relevância que dispõem sobre o curso de medicina veterinária como um marco na formação de suas identidades como protetoras. Amélia é muito precisa ao localizar ali seu ingresso no universo da proteção animal. Amanda foi inserida em uma rede de proteção porque cursava veterinária. Ângela, ao contrário, foi cursar veterinária depois de inserida em uma rede de proteção, assim como Ana, embora esta indique comprometimentos distintos antes e depois do curso.

São dois percursos que emergem ligando ambas as atividades. Esses percursos não excluem, conforme os excertos acima, um “gostar de animais desde sempre”, o que faz bastante sentido quando se opta pela veterinária como profissão. Amanda chega a equivaler o gosto por animais ao interesse por veterinária. Tampouco excluem a noção de uma identidade inata ou de uma sensibilidade criada na infância, como no relato de Ana acerca do “vírus da proteção” contraído do pai. Em todos os casos, o recrutamento de protetores nas fileiras da graduação em veterinária e, vice-versa, o recrutamento de novos veterinários nas fileiras de protetores aponta para uma íntima relação entre ambas as atividades.

Nesse sentido, como sugeri acima, a proteção animal participa de redes sociotécnicas (Latour, 2001) nas quais o conhecimento científico é fundamental, mas apenas como um mediador entre um animal abandonado e um animal adotável. A veterinária não é foco de atenção prioritária quando os protetores falam sobre suas atividades ou ensaiam uma definição de proteção animal. Nesses casos, são aspectos morais e emocionais que emergem obscurecendo a prática cotidiana da proteção, que envolve não apenas exames e consultas, bem como tratamentos necessários a cada animal, quanto a aquisição de um conhecimento tecnocientífico que permita diagnosticar algumas doenças antes da consulta veterinária<sup>8</sup>, que dê sentido ao comportamento dos animais de modo a distinguir minimamente os sadios dos doentes, que permita introduzir novos animais com outros já abrigados no lar temporário, etc.

Ainda sobre o recrutamento, em três casos acima ele se dá a partir de uma rede de sociabilidade pré-existente. No relato de Amélia, não fica claro o processo de recrutamento, apenas a conexão entre proteção e veterinária. Nos outros, contudo, são amigos e pessoas conhecidas que fazem o ingresso das entrevistadas em redes de proteção animal. No caso de Ana, também influenciam o ingresso na medicina veterinária.

Jasper & Poulsen (1995) enfatizam que o recrutamento por redes demanda a pré-existência de organizações sociais que congreguem pessoas com demandas comuns. Assim, o recrutamento se dá através de pessoas conhecidas. As graduações de medicina veterinária parecem locais onde um interesse pelo bem-estar animal pode surgir, funcionando como se fossem organizações sociais onde se recrutam protetores.

Em artigo dedicado a dois movimentos sociais (direitos dos animais e anti-nuclear), Jasper & Poulsen (1995) analisam os tipos de recrutamento de cada um. Numa revisão da literatura sobre o tema, os autores apontam a importância de organizações sociais como estopins dos processos de recrutamento que se baseiam em redes de sociabilidade. Nesses casos, as organizações sociais e as redes constroem, entre organizadores e potenciais participantes, definições comuns dos problemas enfocados e suas possíveis soluções.

Há um outro tipo de recrutamento, contudo, que é o efetuado por estranhos. Para que estranhos ingressem num movimento onde não conhecem ninguém, indicam Jasper & Poulsen (1995), eles provavelmente já possuem opiniões próprias e não precisam ser

---

<sup>8</sup> Em geral, quando há visibilidade, como é o caso de tumores que se tornam abscessos, tumor venéreo nas cadelas (TVT) ou esporotricose, que criam feridas características.



convertidos. Eles são auto-recrutados. O primeiro passo no recrutamento de estranhos é o “choque moral”: “quando um evento ou situação levanta um senso de ultraje nas pessoas que as torna inclinadas a uma ação política, mesmo na ausência de uma rede de contatos” (Jasper & Poulsen, 1995: 498). Segundo os autores, o choque normalmente ocorre em eventos públicos e inesperados. Tem o poder de levar à organização política porque atinge várias pessoas e é de conhecimento amplo. O “choque moral” também pode ser gerado por apelos retóricos ou por imagens. Operando como símbolos, as imagens podem ter o efeito de, na ausência de uma rede de recrutamento por sociabilidade, gerar um apelo moralista extremo. Para os autores, o “choque moral” não apenas influi no recrutamento, como auxilia a manter a aliança emocional com o movimento social. A carga emocional implicada nesse processo tem dispositivos motivacionais tanto quanto diagnósticos.

Os autores concluem que diferentes mecanismos operam no recrutamento por estranhos e por pessoas conhecidas. Sugerem que os movimentos sociais tentam recrutar novos membros por redes de sociabilidade, mas tais redes serão escassas para movimentos novos, que ensejam novas demandas, ou cujas lideranças não tenham uma experiência política prévia extensa. Mas, alertam, o tempo de existência de grupos ou movimentos sociais não é um fator relevante para os padrões de recrutamento. Todos os movimentos sociais utilizam ambos os métodos, tanto as redes de sociabilidade quanto os estranhos: a diferença é a proporção de cada um.

## **b.2) internet e vizinhança**

A seguir apresento relatos de não veterinários. A ênfase recai, aqui, ora sobre o auto-recrutamento pela internet, ora sobre animais abandonados na vizinhança do protetor.

Assim, gostar eu sempre gostei. Quando eu morava com minha mãe eu fazia uma coisa ou outra, tipo, como eu não podia pegar e levar para casa, lá eu já tinha duas cachorrinhas com minha mãe que eu já tinha pego na rua né, [...] Peguei mais alguns, assim, que eu consegui adoção de imediato, sempre da família, né: ‘tio quer um cachorro?’ (risos) Aquela coisa desesperada. Mas eu não conseguia fazer muito mais do que isso, porque na época que eu morava lá com ela também, nem tinha Facebook, nem nada. Então eu nem conhecia, também, as pessoas que faziam a mesma coisa que eu. Até onde eu... eu acreditava que eu era a única louca, assim, que tinha vontade de fazer essas coisas, e que todo mundo me dava esporro, entendeu? [...] Aí, pelo Facebook, eu fui começando a achar as pessoas. [...] Comecei a ajudar um abrigo, a ir nas feirinhas [de

adoção]. Pô, fiz curso de fotografia, então eu vou com a máquina, tiro as fotos, a gente divulga para... pelo Facebook, para doação e tudo. Então, aí eu comecei a ir mais para esse lado. (Cássia, 33 anos)

Olha, eu sempre... eu sempre gostei de animais. Eu, quando eu era criança, eu fui criada na minha casa com animais. [...] E aí eu cresci, virei adulta e tive gatos na minha casa. Até que veio a internet e eu comecei a ver o movimento. Até então, quando eu via algum gatinho abandonado, eu pegava, por conta própria, cuidava e depois doava. Até que, como eu moro no [bairro] e tem [a praça do bairro], né, não é meu caminho habitual, mas nesse dia eu passei por lá, em 2009, e vi um mar de gatos. E aí eu procurei saber o que acontecia naquele lugar. Era uma colônia imensa totalmente descontrolada, com procriação, todo tipo de doença. E aí, eu usando a ferramenta que é a internet, aos poucos eu comecei a pedir ajuda [...] E com essa comunidade [virtual] eu consegui é... cuidar daqueles gatos. Doando, castrando, é... cuidado de doenças e diminuindo a colônia. (Cecília, 51 anos)

O meu primeiro contato foi assim, como a população de Macaé é muito flutuante e o abandono é crescente e contínuo, isso me chamou muito a atenção, e eu comecei a adicionar várias protetoras no Facebook e isso foi me envolvendo, e eu fui me engajando, e acabou que umas e outras começaram a se unir e a gente uniu esse grupo que é só um grupo de proteção. (Cristiane, 24 anos)

Aí eu comecei a ver gatinhos ali, né? Tinha um senhor que dava comida, dava arroz para eles de noite. Aí eu vi: às vezes, ele dava uma ração. Aí uma vez o segurança, o cara que toma conta dos carros falou: 'olha, o seu José tá doente, tá internado, não tá vindo mais aqui. Quando você não vem, eles passam fome'. Porque eu só ia de vez em quando, né? 'Eles tão passando fome e procriando, aumentando'. Aí eu fiquei nervosa, comecei a levar ração toda noite. Aí eu vi eles crescendo, crescendo a população, né, de gatos, porque eles cruzam muito. Aí eu falei: 'não, tem que fazer alguma coisa. Vou começar a castrar esses gatos, senão vou gastar uma fortuna em ração e eles vão morrer logo, atropelados, envenenados, sei lá'. Aí foi o que eu fiz. Comecei a pegar um, pegar outro para castrar. Foi um trabalho longo, de formiguinha. Aí foi que eu comecei a pedir ajuda. Aí uma vizinha viu e foi falar comigo. Aí a outra passou, falou: 'eu te ajudo, toma aqui, leva um'. Foi chamar o cara do resgate quando era arisco. Então, eu castrei todos. Antes tinha mais de 30. Agora só tem 12, porque alguns foram adotados, outros morreram, eu vi morrer, internei, outros sumiram. Quando some, para mim, é porque morreu. Foi atropelado, envenenado, não dura muito, né? E aí foi. Fazia só aqui no hospital. Mas o protetor é terrível, porque ele ouve o bicho em qualquer lugar. [...] Então assim, aí comecei a pegar. Na rua, assim, se estiver passando, se eu estiver passando e ver nestas condições... Adulto nem tanto, mas eu ando com ração na bolsa todo dia. Boto ração para quando eu vejo. Mas filhote eu resgato, porque filhote é mais fácil de você tratar e doar. As pessoas querem mais filhotes, entendeu? Aí eu comecei a resgatar. Aí eu fui para internet, comecei a conhecer um aqui, outro ali na rua, todo mundo para falar comigo, não sei que. E aí na internet fui conhecendo os protetores. Conheço muito protetor agora, entendeu? Todo mundo se conhece, todo mundo se ajuda. (Berenice, 43 anos)

Berenice substitui uma pessoa que alimentava uma colônia no estacionamento de um hospital próximo à sua residência. Sua atuação pontual de colocar ração eventualmente foi substituída por uma gestão intensiva da colônia: ela passa a alimentá-la regularmente, castrar e medicar os animais e encontrar adotantes para eles. É uma experiência que a transforma, a seus próprios olhos, em protetora e a partir desse ponto de virada (Pallota, 2005) passa a resgatar e alimentar também animais que encontra vagando pelas ruas.

Os relatos de Cássia e Cecília são similares. Eles misturam aspectos da proteção autodidata ou inata com o contato com grupos de proteção animal e protetores independentes. Esse contato parece ter sido muito facilitado pelo Facebook. Com a popularização da internet, D. Adriana se tornou conhecida, Cássia divulga animais para adoção, Cecília “vê o movimento” de proteção animal, Cristiane cria um grupo de protetores, Berenice conhece, ajuda e recebe ajuda de outros protetores.

Tanto Cristiane quanto Cecília e Berenice apresentam eventos contumazes que podem ser descritos como “choques morais” (Jasper & Poulsen, 1995). O mar de gatos na praça do bairro, o abandono em Macaé, os gatos com fome do estacionamento do hospital requerem ações imediatas e despertam as entrevistadas para uma realidade que elas não conheciam, muito embora algumas descrevam ter efetuado resgates antes desses eventos. Assim, não é que não houvesse preocupação moral ou sensibilização ou mesmo ação anterior ao “choque moral” (Jasper & Poulsen, 1995), mas que ele demarca um ponto de virada em termos motivacionais que desagua em outras ações concretas, a despeito de Cecília e Berenice já atuarem como protetoras antes de tomarem a si os cuidados de suas respectivas colônias. Percebe-se como moralidades e ações caminham juntas e como as ações podem depender, para além das sensibilidades, do ingresso em redes de sociabilidade.

Algumas narrativas parecem colocar um problema de escala. Do cuidado e resgate esporádicos de animais, passa-se ao manejo de colônias, ao compromisso com grupos de proteção, etc. A mesma mudança de escala parece ocorrer quando se encontra outros protetores on-line e se percebe que a realidade de abandono de animais não se limita à vizinhança ou a uma área da cidade, e que mesmo uma rede extensa de ativistas não consegue erradicá-la.

Nos quatro excertos acima, a internet desempenha um papel fundamental no auto-recrutamento de protetores. Alguns já desenvolviam atividades de proteção, mas não mantinham contato com redes de proteção das quais, a partir de então, passam a participar

ou mesmo organizar. Em nenhum desses relatos o recrutamento se dá por intermédio de pessoa conhecida. Berenice é a única que marca uma espécie de recrutamento por um estranho, que sequer é protetor: o segurança do estacionamento. Nesse caso limite, o segurança faz parte da rede de proteção porque não apenas se compadece da sorte dos animais na colônia, como procura alguém que possa alimentá-los como fazia o protetor que Berenice substitui. Pode-se sugerir, portanto, que tais redes não são formadas apenas por protetores *stricto sensu*, mas por uma série de agentes, como apoiadores financeiros e veterinários.

Jasper & Poulsen (1995) indicam, a partir da comparação de *surveys* aplicados a manifestantes anti-energia nuclear e manifestantes pelos direitos dos animais norte-americanos, que estes últimos são especialmente recrutados fora de redes de sociabilidade, ainda que 30% deles indicasse militância em outro movimento social. Ao contrário, os primeiros foram largamente cooptados a partir de redes de sociabilidade.

“As conexões simbólicas entre proteção animal e outras causas políticas podem não ser tão claras como entre a energia nuclear e outras questões, de modo que redes políticas existentes não estavam disponíveis para organizadores de [movimentos de] direitos dos animais”. (Jasper & Poulsen, 1995: 501).

Em outras palavras, a rede de ativistas de direitos dos animais teria menor capilaridade em outros movimentos e menos interseções que pudessem recrutar ativistas de outras áreas. No caso dos entrevistados fluminenses, nenhum deles é voluntário em nenhuma outra rede ou organização, de modo que essa capilaridade não os atingiria.

### **Grupo C: conversões**

Este grupo é formado por narrativas nas quais a sensibilidade para o sofrimento animal emerge da convivência com animais particulares, animais de estimação dos protetores em questão. Essa convivência ensina sobre os animais e o cuidado do animal de casa é extrapolado para os animais de rua.

Foi com a relação com o animal, a relação com o animal que era o meu, que me despertou para essa, para abraçar essa causa. E a partir do momento que você tem o contato com ele, você sabe que ele tem os mesmos sentimentos, né? Ele tem afeto, amor, sente medo, sente frio, sente fome, sente sede assim como a gente. Então, é essa relação é que... descobrir essa relação é que despertou, para mim, esse cuidado. (Cátia, 45 anos)

Pois é cara, eu fico às vezes me perguntando isso. Eu não sei. Eu nunca tive um sonho de ser protetora um dia. [...] As coisas foram meio que acontecendo, né. [...] Um belo dia eu achei que eu queria ter um gato. Uma gata. Um gatinho. Aí apareceu um gatinho na porta da minha casa. Pituca. Comecei a cuidar da Pituca [...] só que aí a Pituca estava grávida. Aí tá, aí nasceu os gatos, comecei a botar tudo para dentro. [...] Aí, por daí para lá, começou a aparecer gato na minha porta. [...] Aí foi indo. E aí, eu comecei a vestir a roupa do protetor mesmo. (Damiana, 50 anos)

Cátia e Damiana narram a emergência de uma sensibilidade afinada às necessidades dos animais a partir de sua convivência com eles. O cuidado do animal de estimação, no caso de Cátia, a leva a entender a necessidade de cuidado de animais de rua. O mesmo ocorre com Damiana, que passa a resgatar animais que observa virem até ela. O animal detém, portanto, o poder de suscitar sensibilidades e ações nos protetores que não são nem inatas, nem derivadas das experiências de infância, tampouco oriundas de relações com outros protetores. Aqui há eventos marcantes para o engajamento na proteção animal, mais do que qualidades inatas, mas esses eventos não são descritos a partir de “choques morais” (Jasper & Poulsen, 1995). A ênfase recai na emergência de sensibilidades e não na premissa da necessidade da ação. É a essas sensibilidades que me refiro aqui como conversões.

Jacobsson (2014), a respeito de ativistas de direitos dos animais veganos suecos, sugere que

“um elemento marcante da vida religiosa no ativismo pelos direitos dos animais [são], de fato, as fortes experiências de despertar e conversão que os ativistas testemunham, após as quais eles veem o mundo a partir de uma nova luz e se sentem compelidos a agir” (Jacobsson, 2014: 313).

A autora afirma que a experiência da conversão apresenta um movimento de um estado de não iluminação a uma nova consciência sobre o mundo, incluindo um lugar de salvador das almas em sofrimento. Nesse sentido, animais podem ser percebidos como tendo almas, não apenas como seres sencientes e os convertidos dedicam-se a tarefas de salvação.

Parece-me que os entrevistados fluminenses deste grupo passam por um processo similar ou análogo. A grande diferença (entre outras) repousa no tipo de mudanças pessoais empreendidas por ativistas de direitos dos animais que, na amostra da autora, se tornam veganos, membros de instituições e presentes em protestos públicos, que não é o caso dos

protetores fluminenses. Não obstante, a conversão no grupo C parece apresentar um mesmo fator moral que a autora sueca identifica e que, de fato, perpassa várias correntes de bem-estaristas e abolicionistas animais. Creio que se pode falar aqui em conversões, como ela aponta, tanto no sentido de crenças quanto de compromissos e obrigações morais, também observáveis nos grupos A e B.

A autora indica que a recorrência de narrativas de conversão entre ativistas de direitos dos animais demonstra que esta é tanto uma experiência individual quanto social e compartilhada. No caso dos protetores analisados, essa experiência é advinda de animais de estimação e, portanto, não permite necessariamente que se extrapole os limites de uma relação particular. Conforme apontado por vários autores (Leach, 1983; Thomas, 1988; Ingold, 1995), animais de estimação são uma categoria específica com a qual engendramos relações (e simbolismos) muito distintas das que mantemos com outros animais.

Jacobsson (2015) não foi a única a observar elementos religiosos seculares entre ativistas dos direitos dos animais. Shapiro (2007) chama de experiência de conversão ao processo de se tornar um ativista de direitos dos animais, sublinhando um momento de súbita consciência acerca do sofrimento animal. Esse momento inclui “reconhecer que é possível, talvez moralmente obrigatório, cuidar desses outros” (Shapiro, 2007: 158). O senso de obrigação moral é encontrado entre os entrevistados fluminenses, bem como o sentido de cuidado nas ações de proteção empreendidas por eles.

Herzog (1993) tenta traçar paralelos entre conversões religiosas e ativismo em direitos dos animais. Segundo o autor, 1) os ativistas experimentam mudanças em crenças fundamentais, alterando suas visões de mundo ao que costumam chamar de um “novo paradigma”; 2) mudanças no estilo de vida também são observadas; 3) há uma necessidade de espalhar uma mensagem, normalmente tomada como uma verdade ignorada ou negada por não adeptos; 4) muitos experimentam um senso de pecado, resultado não da culpa individual, mas de um estilo de vida moderno; 5) como nos fundamentalismos religiosos, afirma ele, tomam sua perspectiva como correta, Verdadeira (com maiúsculo) e justa.

Creio que os pontos um, três e cinco podem ser observados, embora se refiram a conteúdos distintos. Os protetores entrevistados, como os ativistas de Herzog (1993), alteram sua visão da condição dos animais de rua, passam a divulgar essa visão, sobretudo pela divulgação do protocolo da posse responsável, e tomam esse protocolo e sua visão do sofrimento animal como verdadeira. Mirando apenas um grupo específico de seres, as

consequências para o estilo de vida são muito menos dramáticas do que entre ativistas dos direitos dos animais veganos, por exemplo.

Todavia, a noção de atitude de cuidado de Shapiro (2007) indica que a sensibilidade e a preocupação com relação ao sofrimento animal tornam-se, entre ativistas de direitos dos animais, um “estilo habitual”. Nesse sentido, creio que é possível sugerir que também entre protetores de animais de rua o despertar de uma sensibilidade e a conversão engendram uma mudança no estilo de vida. Muitas entrevistadas no grupo B reportam que observam os animais nas ruas de forma que não faziam antes de se tornarem protetoras, ou que os animais passam a vir até elas, na rua ou em suas casas, depois de se tornarem protetoras (o que revela mais sobre essa atitude de cuidado e esse novo olhar do que sobre os animais propriamente ditos).

### **Considerações finais**

Os percursos e percalços pelos quais cada entrevistado torna-se ou se vê como um protetor de animais envolve, como aponte, a emergência de sensibilidades relativas ao sofrimento animal e de ações que visem suprimir esse sofrimento. Essas sensibilidades podem ser vistas como inatas ou adquiridas na infância. Podem, ainda, ser derivadas da convivência adulta com animais de estimação ou com animais em situação de abandono. Em ambos os casos, conviver com animais de estimação parece um evento fundamental para a sensibilização acerca de seu sofrimento.

Tais sensibilidades, portanto, são um motor para ações concretas de supressão do sofrimento animal relativo ao abandono na rua. Se o engajamento em tais ações demanda sensibilidades e moralidades específicas prévias, em alguns casos ele demanda também o ingresso em redes de proteção animal. Alguns protetores nunca atuaram independentemente de suas redes, mas o fazem como parte integrante de grupos organizados. Outros já se engajavam em ações de resgate antes de se auto-recrutarem para redes de proteção. O encontro e a formação de tais redes parecem devedores da popularização da internet, que facilitou a conexão entre pessoas com interesses similares. A internet não apenas cria redes, ela dá visibilidade ao problema, pois por ela são divulgados animais para adoção ou resgate, se “vê o movimento” de proteção, se arrecadam donativos aos protetores, financiando os resgates de animais.

Por outro lado, percebeu-se uma relação íntima entre proteção animal e medicina veterinária. O médico veterinário é figura central e invisível da proteção animal. Por ele devem passar todos os animais resgatados, cumprindo um protocolo de manejo bastante homogêneo entre os entrevistados. Como os animais em situação de rua estão, conforme os relatos, via de regra doentes, a cura é o primeiro passo no caminho para se encontrar um lar humano. Não espanta, portanto, que alguns tenham se tornado protetores por serem veterinários, enquanto outros se tornam veterinários por serem protetores. A proteção aqui analisada é indissociável da medicina veterinária.

Por último, gostaria de chamar a atenção para os espaços de proteção. Alguns protetores gerem colônias. Outros são voluntários em abrigos de animais/gatis. A maioria resgata animais nas ruas. O espaço de atuação do protetor está, em alguma medida, relacionado ao tipo de recrutamento pelo qual ele passou. Abrigos/gatis são espaços que demandam o ingresso em redes de proteção, as colônias e o resgate das ruas não. Em todos os casos, pode-se perceber que as redes são um ponto importante na atividade de proteção.

Disposto em termos teóricos, os grupos aqui elencados tocam em questões típicas dos estudos sobre movimentos sociais e mesmo dos grandes paradigmas sociológicos: valores, sistemas de crenças, moral e ações. O objetivo do presente artigo foi apresentar um grupo de protetores de animais de rua cujas narrativas sobre tornar-se um protetor detém pontos em comum com ativistas de direitos dos animais, mas, visto de uma perspectiva mais ampla, também com o ativismo social em geral.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ABU-LUGHOD, L.; LUTZ, C. A. 1990. "Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life" In ABU-LUGHOD, L.; LUTZ, C. A. (ed.). *Language and the Politics of Emotion*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 01-23.

BOLTANSKI, L. 1993 *La souffrance a distance: morale humanitaire, médias et politique*, Paris, Métailié.

CLARK, Candace. *Misery and company: sympathy in everyday life*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

GAARDER, Emily. 2011. "Where the Boys Aren't: the predominance of women in animal rights activism". *Feminist Formations*, 23 (2): 54-76.



- HERZOG, Harold A. 1993. "The movement is my life": the psychology of animal rights activism". *Journal of Social Issues*, 49 (1): 103-119.
- HERZOG, Harold A. 2007. "Gender Differences in Human-Animal Interactions: a review". *Anthrozoös*, 20 (1): 07-21.
- HERZOG, Harold A.; BETCHART, Nancy S.; PITTMAN, Robert B. 1991. "Gender, Sex Role Orientation and Attitudes Toward Animals". *Anthrozoös*, 4 (3): 184-191.
- HILLS, Adelma M.; LALICH, Nathan. "Judgements of cruelty toward animals: sex differences and effect of awareness of suffering". *Anthrozoös*, v. 11, n. 03, p. 142-147. 1998.
- HOCHSCHILD, Arlie Russel. "Emotion work, feeling rules, and social structure". *American Journal of Sociology*, v. 85, p. 551-575. 1979.
- INGOLD, Tim. 1995. "Humanidade e Animalidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 10 (28). Disponível em <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_28/rbcs28\\_05](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_05)> Acesso em: 17 set. 2014.
- JACOBSSON, Kerstin. 2014. "Elementary Forms of Religious Life in Animal Rights Activism". *Culture Unbound*, 6, 2014: 305-326.
- JAMISON, Wesley V.; WENK, Caspar; PARKER, James V. "Every Sparrow That Falls: understanding animal rights activism as functional religion". *Society & Animals*, 8 (3), 2000. pp. 305-330.
- JASPER, James M.; POULSEN, Jane D. 1995. "Recruiting strangers and friends: moral shocks and social networks in animal rights and anti-nuclear protests". *Social problems*, v. 42, n. 4, 1995: 493-512.
- JIMENO, M. 2010 "Emoções e política: A vítima e a construção de comunidades emocionais", *Mana*, Rio de Janeiro, 16(1):99-121.
- LATOUR, Bruno. 2001. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: Edusc.
- LEACH, Edmund. 1983. "Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal". In: R. Damatta (org.). *Edmund Leach*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática: 170-98.
- LEWGOY, Bernardo; SORDI, Caetano. 2012. "Devorando a carcaça: contracozinhas e dietas alternativas na alimentação animal". *Anuário Antropológico*, 2 (1): 159-175.

- LOWE, Brian M.; GINSBERG, Caryn F. "Animal Rights as a Post-Citizenship Movement". *Society & Animals*, 10 (2), 2002. pp. 203-215.
- MARKOVITS, Andrei S.; QUEEN, Robin. "Women and the World of Dog Rescue: a case study of the state of Michigan". *Society & Animals*, 17 (4), 2009. pp. 325-342.
- MATOS, Liziane Gonçalves de. 2012. Quando a "ajuda é animalitária" – um estudo antropológico sobre sensibilidades e moralidades envolvidas no cuidado e proteção de animais abandonados a partir de Porto Alegre/RS. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre.
- NEUMANN, Sandra L. "Animal welfare volunteers: who are they and why do they do what they do?". *Anthrozoös*, v. 23, n. 04, p. 351-364. 2010.
- OSÓRIO, Andréa. 2011. "Posse responsável: moral, ciência e educação ambiental em um grupo de protetores de gatos de rua". *R@U - Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, 3(2): 51-75.
- OSÓRIO, Andréa. 2012. "Gatos também amam! Uma análise das perspectivas de protetores de gatos de rua". In: Anais da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia. PUC-SP/ABA, 2012. Disponível em: <[http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_28\\_RBA/programacao/grupos\\_trabalho/artigos/gt05/Andrea%20Osorio.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_28_RBA/programacao/grupos_trabalho/artigos/gt05/Andrea%20Osorio.pdf) > Acesso em: 13 jun. 2016.
- OSÓRIO, Andréa. 2013. "A cidade e os animais: da modernização à posse responsável". *Revista Teoria & Sociedade*, 21(1): 143-176.
- OSÓRIO, Andréa. 2015. "Mãe de gato? Reflexões sobre o parentesco entre humanos e animais de estimação". In: Anais da V Reunião Equatorial de Antropologia e XV Reunião da Antropólogos do Norte-Nordeste. Maceió: UFAL/ABA, 2015. Disponível em: <<http://www.reaabanne.com.br/?menu=resumo&codResumo=3222>> Acesso em: 23 out. 2015.
- PALLOTA, Nicole Renee. 2005. *Becoming an animal rights activist: an exploration of cultura, socialization, and identity transformation*. Diss. PhD (Tese de Doutorado), University of Georgia - Athens.
- ROBERTSON, Jessie C., GALLIVAN, Joanne; MACINTYRE, Peter D. "Sex differences in the antecedents of animal use attitudes". *Anthrozoös*, v. 17, n. 04, p. 306-319. 2004.
- RITVO, Harriet. 1987 *The Animal State : the english and other creatures in the victorian age*, Cambridge, Harvard University Press.

- RITVO, Harriet. Animals in Nineteenth-Century Britain: Complicated Attitudes and Competing Categories. In: MANNING, Aubrey; SERPELL, James. *Animals and Human Society: Changing Perspectives*. London: Routledge, 1994. p. 106-126.
- SANTOS, Pedro da Silva. 2014. *De abandono, proteção e outras formas de relação com animais: motivações, interações e diferenças no Rio de Janeiro e no sertão nordestino*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense.
- SHAPIRO, Kenneth. 2007. “The caring sleuth: portrait of an animal rights activist (1994)”. In DONOVAN, Josephine; ADAMS, Carol J. (eds.). *The feminist care tradition in animal ethics: a reader*. New York: Columbia University Press, p.153-173.
- THOMAS, Keith. 1988. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Cia. Das Letras.
- WEBER, Max. 1989. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira. 6 ed.
- WRENN, Corey Lee. 2013. “Resonance of Moral Shocks in Abolitionist Animal Rights Advocacy: overcoming contextual constraints”. *Society & Animals*, 21: 379-394.
- ZASLOFF, R. Lee; HART, Lynette. 1998. “Attitudes and Care Practices of Cat Caretakers in Hawaii”. *Anthrozoös*, 11 (4): 242-248.